

Sumário

Prefácio	XI
Introdução	1
1. O Tribunal de Contas da União	9
1.1 Breves considerações sobre o controle da Administração Pública	11
1.2 Breve histórico do Tribunal de Contas da União	12
1.3 O STF e o TCU.....	18
2. Ativismo Judicial	27
2.1 O princípio da separação dos poderes	27
2.1.1 O surgimento do neoconstitucionalismo e o ativismo judicial	33
2.1.2 Conceito de ativismo judicial	34
2.2 Alterações do ordenamento jurídico que fortaleceram o ativismo judicial	36
2.3 Das “debilidades” ou “enfermidades” abordadas por Cappelletti.....	46
2.4 A quantidade de decisões do STF que confirmam a constitucionalidade da lei interfere na existência do ativismo judicial?	48
2.5 O ativismo judicial e o ativismo da Corte de Contas.....	51
3. O ativismo do Tribunal de Contas da União	55
3.1 A atuação do Tribunal de Contas da União no âmbito das licitações e contratos administrativos antes da nova lei de licitações e a influência do TCU	71

3.1.1 Acórdão nº. 215/1999 – TCU - Plenário:	71
3.1.2 Acórdão nº 749/2010 – TCU – Plenário:	79
3.1.3 Acórdão nº. 1.755/2004 – TCU – Plenário:.....	82
3.1.4 Acórdão nº. 1.977/2013 – TCU – Plenário:	84
3.1.5 Do alcance dos Acórdãos nº. 215/1999, nº. 749/2010, nº. 1.755/2004 e nº. 1.977/2013	88
3.2 A nova lei de licitações e o TCU	90
3.2.1 Sobre as definições de superfaturamento e sobrepreço:.....	95
3.2.2 Sobre a utilização do pregão para a contratação de serviço de engenharia:.....	97
3.2.3 Quanto a exigência de amostra:.....	101
3.2.4 Sobre a qualificação técnica:.....	104
3.2.5 Sobre as especificações de fontes de pesquisa de preço para estimativa do valor da licitação para aquisição de bens e contratação de serviços em geral	107
3.2.6 Quanto a possibilidade de indicação de marca:	112
3.2.7 Sobre o credenciamento:	114
3.2.8 Sobre a vistoria prévia ao local da obra somente quando for imprescindível ao cumprimento adequado das obrigações contratuais, podendo ser substituída por declaração.....	116
3.2.9 Acerca da adjudicação por itens como regra geral no sistema de registro de preços	119
3.2.10 Sobre a diferenciação entre reajuste e repactuação na contratação de serviços contínuos:	120
4 Conclusão	127
Referências bibliográficas	131